



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Of.1/2023-SEC

Brasília, 2 de janeiro de 2023

Excelentíssimo Senhor  
Camilo Santana  
Ministro da Educação

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA SINDICAL), representante das trabalhadoras e trabalhadores das Universidades Federais, Estaduais e Municipais e de Institutos Federais, com cerca de 250 mil trabalhadores, vem através deste saudar o novo governo e conseqüentemente o novo Ministro da Educação. Na expectativa de que possamos iniciar o processo de negociação sobre as reivindicações da pauta específica dos trabalhadores/as Técnicos e Técnicas administrativo das instituições públicas de ensino superior. Sendo assim solicitamos a Vossa Excelência, o agendamento de reunião para tratarmos da pauta de reivindicação acima citada.

Segue abaixo alguns pontos da pauta de reivindicação a serem discutidos com o Sr. Ministro:

#### Reposição de Perdas e Aprimoramento da Carreira

- recomposição e convocação da Comissão, que não se reúne desde o ano de 2015, para que possamos discutir e avançar nas questões pendentes para o acompanhamento e aprimoramento da carreira dos TAE's;
- pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação;
- pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da categoria - pagamento imediato;
- reabertura de prazos para que os Técnico-administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;
- pela instituição da Ascensão Funcional;
- reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;



- aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;
- reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país;
- posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE;
- efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013; extensão, para os Técnico-administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação.

#### Condições de Trabalho e Qualidade no Serviço Público

- turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;
- pela revogação da Lei que cria a EBSEH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU);
- revogação das orientações normativas (no 6, 15 e 16) relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;
- pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento; construção/ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;
- construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino.

#### Democratização das Instituições Federais de Ensino

- por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal;
- por uma composição paritária nos Conselhos Superiores;
- pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Segue abaixo a plataforma programática e eleitoral da FASUBRA entregue ao presidente Lula e a análise da FASUBRA sobre o panorama dos ataques à educação, entregue a equipe de transição.

Informamos também, que o e-mail para contato com a FASUBRA é [secretaria@fasubra.org.br](mailto:secretaria@fasubra.org.br) e [fasubra@fasubra.org.br](mailto:fasubra@fasubra.org.br).

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para, em diálogo com o Ministro, aprofundar e detalhar a pauta apresentada.

Antonio Alves Neto

José Maria Moreira Castro

**Direção Nacional  
FASUBRA Sindical**

## **PLATAFORMA PROGRAMÁTICA E ELEITORAL DA FASUBRA**

Sede: Edifício Terra Brasília  
SAUS Quadra 01 Bloco N Sala 1212 - Asa Sul  
CEP: 70.070-010 - Brasília/DF



A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (**FASUBRA SINDICAL**), representante das trabalhadoras e trabalhadores das Universidades Federais, Estaduais e Municipais e de Institutos Federais, com cerca de 250 mil trabalhadores, nos seus 44 anos de lutas.

A FASUBRA entende que nos últimos anos, agravaram-se os ataques proferidos aos serviços públicos no país. A Emenda Constitucional 95, que congela investimentos, é nítida tentativa de mudança do modelo e destruição do Estado. Esta Emenda Constitucional e outras medidas do governo, atingem diretamente as Universidades Públicas e Institutos Federais, gerando uma crise financeira no funcionamento dessas instituições.

Dessa forma, as trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos sentem diretamente os impactos desta política no que tange ao congelamento dos salários, o sucateamento dos HUs, a terceirização indiscriminada e o ataque às aposentadas e aposentados.

Diante do processo eleitoral que se aproxima, a FASUBRA realizou sua Plenária Nacional, no mês de junho, se posicionando frente às eleições, e deliberou apoio ao candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva como única alternativa capaz de derrotar o projeto fascista no primeiro turno, e a entrega da plataforma às candidaturas do campo de esquerda em que fossem encaminhadas uma série de propostas para o Brasil.

Nesse sentido, apresentamos a plataforma a seguir para a candidata à Presidência da República pelo Unidade Popular, Leonardo Péricles.

- ✓ Revogação da Emenda Constitucional 95;
- ✓ Revogação da Reforma Trabalhista;
- ✓ Revogação do PL 4.302 de 1998, sancionado pelo presidente Michel Temer, em 31 e março de 2017 e ganha o nº 13.429/17, que permite a terceirização irrestrita;
- ✓ Revogação da Reforma da Previdência;
- ✓ Revogação do Decreto 10.620/2021;
- ✓ Não à Reforma Administrativa (PEC32);
- ✓ Por uma reforma tributária que torne o sistema mais justo e progressivo, com taxação de lucros e dividendos, grandes fortunas e desoneração do salário;
- ✓ Defesa da Educação gratuita e de qualidade, como direito público social de todos os cidadãos e cidadãs, responsabilidade do Estado;
- ✓ Implementação do “Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores”;
- ✓ Exclusividade dos recursos públicos para instituições públicas oficiais;
- ✓ Defesa da Autonomia Universitária, em todas as instituições públicas de ensino Superior;
- ✓ Abertura imediata de concursos públicos, via RJU, para recomposição do quadro de servidores;
- ✓ Fim de intervenções do Ministério da Economia e de órgãos de controle;
- ✓ Revogação da Reforma do Ensino Médio e ampla discussão nacional sobre a crise do Ensino Médio, para garantir oportunidades efetivas para a Juventude, com educação de qualidade;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- ✓ Imediata recomposição orçamentária das instituições federais de ensino, políticas e agências financiadoras de ensino, pesquisa e extensão garantindo a conclusão dos ciclos de expansão considerando não apenas a ampliação de vagas, mais ampliação de infraestrutura, pessoal concursado e assistência estudantil;
- ✓ Defesa da democratização das universidades, no acesso, gestão e permanência estudantil;
- ✓ Defesa da manutenção das políticas de cotas sociais e raciais;
- ✓ Defesa do PNE;
- ✓ Defesa do Fundo Social do Pré-sal com destinação a saúde e a educação;
- ✓ Pela revogação da Lei que criou a EBSEERH, com absorção das trabalhadoras e trabalhadores, via concurso, e a defesa dos Hospitais Universitários vinculados diretamente às instituições;
- ✓ Pela paridade entre ativos e aposentados;
- ✓ Não ao pagamento da Dívida Externa;
- ✓ Auditoria da dívida pública;
- ✓ Defesa do Sistema Único de Saúde;

Antonio Alves Neto  
José Maria Moreira Castro  
Marcelino Rodrigues da Silva  
Márcia Abreu da Silva  
João Paulo Ribeiro  
Rosângela Gomes Soares da Costa  
Melissa Elaine Campos dos Santos

**Direção Nacional da FASUBRA**

## **ANÁLISE DA FASUBRA SOBRE O PANORAMA DOS ATAQUES À EDUCAÇÃO**

Sede: Edifício Terra Brasília  
SAUS Quadra 01 Bloco N Sala 1212 - Asa Sul  
CEP: 70.070-010 - Brasília/DF



Federação dos Sindicatos do (a)s Técnico(a)s Administrativo(a)s em Educação - parabeniza o povo brasileiro, em especial à classe trabalhadora, pela extraordinária vitória da democracia sobre o neofascismo. A vitória de Luís Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, respectivamente, representou para o mundo a vitória da civilização ante à barbárie. Não tenhamos nenhuma dúvida de que o mundo amanheceu no dia 31 de outubro com a certeza de que a extrema direita sofreu um duro golpe no seu projeto de destruição global da democracia. Lula/Alckmin representam o rechaço do povo brasileiro ao desenvolvimento que estava em curso, durante a gestão do atual governo, de um regime político de cultuação à morte. A vitória de Lula é a afirmação da democracia. Os quatro anos de governo Bolsonaro se transformaram em verdadeira guerra contra a Ciência e a Tecnologia, em especial às instituições públicas de ensino superior. Guerra que foi produzida pelas políticas ideológicas de extrema-direita que levaram à criação das escolas sem partido, cívico-militares, parceria com igrejas pentecostais, cujo orçamento foi triplicado e levou à multiplicação do projeto de educação à distância. O Ministério da Educação - MEC, neste período de governo, trocou os ministros por cinco vezes (Vélez, Weintraub, Decotelli, Milton Ribeiro e Gody) cada qual com seu projeto pessoal, mas em comum trazem como marca a descaracterização do papel e a importância do ensino público superior e por consequência a tentativa de entrega para a iniciativa privada. **Para tanto, o desmonte passou por:**

- Durante o governo Bolsonaro ocorreram quatro bloqueios no orçamento das Universidades. Além disso, o custeio das universidades federais caiu de 8,1 bilhões, em 2019, para R\$ 4,4 bilhões, em 2022 e as verbas de investimento 50% entre 2019 e 2022, chegando a apenas R\$ 97,5 milhões em setembro deste ano. Já para 2023 o atual governo não reservou verbas, o investimento é o menor dos últimos dez anos e os cortes em 2022 já se aproximam de R\$ 736,3 milhões;
- Fake News criadas por ex-ministros com Weintraub e Vélez, sobre a dinâmica, autonomia e vida sócio/cultural das instituições;
- Tentativa de cobrança de mensalidades através do projeto 206/2019 que tramita no Congresso;
- Perseguições a docentes e técnico-administrativos, através da MP 746, conhecida como lei da mordada;
- Denúncias de dirigentes das instituições ao ministério público de desvio verbas que levou a morte do ex-reitor de Santa Catarina e a tentativa de outros reitores;
- Nomeação de reitores interventores indicados pelo MEC, desrespeitando a lista tríplice para escolha de dirigentes. Hoje já atinge o número de 22 intervenções;
- Criação do projeto FUTURE-SE - a privatização do ensino superior;
- Diversas Instruções Normativas e Decretos que atingem os trabalhadores das Universidades. Exemplo: INs 01, 02, 65 e o decreto 10620;
- Fim dos concursos públicos levando à defasagem do quadro de técnico-administrativos.



- Além do impacto da EC 95, que impôs o teto dos gastos para as áreas prioritárias, como a educação superior.

O projeto do atual governo não avançou mais devido à resistência dos movimentos internos das instituições, capitaneados por entidades sindicais e estudantis, como FASUBRA, ANDES, SINASEFE e UNE; além disso, as mobilizações nas ruas como o Tsunami da Educação foram de fundamental importância para que trabalhadores e estudantes conseguissem levar à população a denúncia do processo de Corrupção no MEC e do então ministro Milton Ribeiro. O ministério estava sendo frequentado por pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, evangélicos que intermediaram a liberação de recursos para prefeituras de aliados políticos. Temos plena convicção de que a Frente Ampla, no plano da institucionalidade, carrega consigo tarefa similar na medida em que o novo Governo tem como missão histórica a reconstrução da democracia em nosso país, passando pelo fortalecimento das instituições republicanas. A expectativa é de que o novo Governo dê a musculatura necessária a estas mesmas instituições para que a própria democracia tenha poderes suficientes para rechaçar iniciativas neofascistas e que nunca mais tenhamos que conviver com o genocídio como política de Estado. Ao parabenizar o povo brasileiro e o novo Governo, oportunizamos-nos para dizer que esta Federação lutará com todas as suas forças para garantir a tarefa histórica de democratizar o Brasil, mobilizando nossa categoria para recuperar as Instituições Federais de Ensino no plano da democratização das IFE.

Nesse sentido, apresentamos à esta Comissão de Transição uma breve leitura do último período e nos colocamos a disposição para o diálogo nessa fase e solicitamos a abertura da mesa de negociação, a partir de 1ª de janeiro de 2023, para que possamos estabelecer os pontos cruciais e imediatos para recuperação destas Instituições. E como ponto imediato, e na perspectiva da democracia, o levantamento e revogação de toda a legislação autoritária que viola a autonomia universitária - prevista na Constituição Cidadã de 1988. Para além desta imediata medida democrática, propomos:

1) Respeito à democracia nas instituições de ensino

- Fim das Intervenções nas Instituições Federais de Ensino, com a nomeação do(a) mais votado(a)s pela comunidade acadêmica nas instituições, garantindo a autonomia universitária;
- Imediata recomposição orçamentária necessária para o pleno funcionamento das IFE;

2) Valorização do trabalho técnico e administrativo em educação com a recomposição da carreira dos técnico-administrativos em educação; nomeação dos membros da comissão nacional de carreira,

- Revogação/Revisão as Instruções Normativas que atingem os técnico-administrativos e Decretos como 10620/21;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Recomposição do quadro de técnico-administrativos com a abertura imediata de concurso público;
- Manter a paridade entre os trabalhadores ativos e aposentados;

3) O imediato debate sobre o retorno da gestão dos Hospitais Universitários para o controle das Universidades, permitindo assim a plena democracia expressa na autonomia universitária.

- Fim da EBSEH, com a revogação da Lei nº 12550/11 que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – a partir da revisão do contrato com as universidades. a EBSEH é uma via direta de privatização da saúde, com destaque para os impactos no ensino, pesquisa e extensão dos hospitais universitários;

4) Criação de mesa permanente de negociação entre a FASUBRA e o MEC para debater a pauta específica dos técnico-administrativos das Instituições Públicas de Ensino;